



Estado de Roraima

"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

DECRETO Nº 29.802-E DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicado no Diário Oficial 3872, de 30/12/2020

Incorpora à legislação tributária estadual Convênios, Ajustes e Protocolos relativos ao ICMS, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e prorroga prazo de vigência de benefícios fiscais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do artigo 62, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO os Convênios, Ajustes e Protocolos relativos ao ICMS, celebrados no âmbito do CONFAZ;

CONSIDERANDO os Convênios ICMS 101/20, de 2 de setembro de 2020 e 133/20, de 29 de outubro de 2020, que prorrogam disposições de diversos convênios que concedem benefícios fiscais,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam incorporados à legislação tributária estadual:

I - Convênios Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS:

a) Convênio ICMS 157/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 10/02, que concede isenção do ICMS a operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS;

b) Convênio ICMS 158/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal;

c) Convênio ICMS 161/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 19/19, que autoriza as unidades federadas a concederem benefícios fiscais vencidos em 31 de dezembro de 2018, em virtude do que dispõe a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e dá outras providências;

d) Convênio ICMS 162/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 190/17, que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº

160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstuições;

e) Convênio ICMS 164/19, de 10 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a entrega e disponibilização dos dados relativos ao Cadastro de Contribuintes de ICMS ativos dos Estados e do Distrito Federal;

f) Convênio ICMS 165/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes;

g) Convênio ICMS 167/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 64/06, que estabelece disciplina para a operação de venda de veículo autopropulsado realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica, com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora;

h) Convênio ICMS 170/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o prazo de produção de efeitos e convalida procedimentos dos Convênios ICMS que especifica;

i) Convênio ICMS 171/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 85/09, que uniformiza procedimentos para cobrança do ICMS na entrada de bens ou mercadorias estrangeiros no país;

j) Convênio ICMS 188/19, de 16 de outubro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 134/16, que dispõe sobre o fornecimento de informações prestadas por instituições financeiras e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (privatelabel) e demais instrumentos de pagamento eletrônicos, realizadas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS;

k) Convênio ICMS 204/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica que especifica;

l) Convênio ICMS 210/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 10/02, que concede isenção do ICMS a operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS;

m) Convênio ICMS 228/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 190/17, que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstuições;

n) Convênio ICMS 236/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 24/11, que dispõe sobre concessão de regime especial, na área do

ICMS nas operações e prestações que envolvam revistas e periódicos e dá outras providências;

o) Convênio ICMS 237/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 134/19, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM), Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do ICMS;

p) Convênio ICMS 238/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 165/19, que altera o Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes;

q) Convênio ICMS 240/19, de 13 de dezembro de 2019 - Altera o Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes;

r) Convênio ICMS 53/20, de 30 de julho de 2020 - Dispõe sobre a convalidação das operações e define os critérios de ressarcimento referente às operações com Óleo Diesel B contendo percentual de Biodiesel (B100) inferior ao mínimo obrigatório de 12% em virtude da Resolução ANP Nº 821/2020;

s) Convênio ICMS 59/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o convênio ICMS 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista;

t) Convênio ICMS 71/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Convênio ICMS 134/16, que dispõe sobre o fornecimento de informações prestadas por instituições financeiras e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (private label), transferência de recursos, transações eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônicos, realizadas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS;

u) Convênio ICMS 72/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes;

v) Convênio ICMS 91/20, de 2 de setembro de 2020 - Altera o Convênio ICMS 190/17, que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstuições;

w) Convênio ICMS 101/20, de 2 de setembro de 2020 - Revigora e prorroga disposições de convênios que concedem benefícios fiscais;

x) Convênio ICMS 108/20, de 14 de outubro de 2020 - Altera o convênio ICMS 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista;

y) Convênio ICMS 114/20, de 14 de outubro de 2020 - Altera o Convênio ICMS 18/95, que concede isenção do ICMS nas operações com mercadorias ou bens destinados ou provenientes do exterior, na forma que especifica;

z) Convênio ICMS 115/20, de 14 de outubro de 2020 - Altera o Convênio ICMS 52/91, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas;

aa) Convênio ICMS 118/20, de 14 de outubro de 2020 - Altera o Convênio ICMS 201/17, que dispõe sobre a obrigatoriedade da geração e entrega de arquivos eletrônicos de controle auxiliar para contribuintes prestadores de serviços de comunicação que emitem seus documentos fiscais nos termos do Convênio ICMS 115/03, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica;

bb) Convênio ICMS 120/20, de 14 de outubro de 2020 - Altera o Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes;

cc) Convênio ICMS 130/20, de 14 de outubro de 2020 - Altera o Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo e com outros produtos;

dd) Convênio ICMS 133/20, de 14 de outubro de 2020 - Prorroga disposições de convênios que concedem benefícios fiscais.

II - Ajustes Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais - SINIEF:

a) Ajuste SINIEF 18/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Ajuste SINIEF 07/11, que dispõe sobre a concessão de regime especial nas operações de venda de mercadorias realizadas dentro de aeronaves em voos domésticos;

b) Ajuste SINIEF 19/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Ajuste SINIEF 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica;

c) Ajuste SINIEF 20/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico - Fiscais - SINIEF, relativamente ao Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP;

d) Ajuste SINIEF 22/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;

e) Ajuste SINIEF 23/19, de 10 de outubro de 2019 - Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e;

f) Ajuste SINIEF 24/19, de 13 de dezembro de 2019 – Dispõe sobre os procedimentos relativos às operações de importação realizadas sob Regimes Aduaneiros Especiais de Admissão Temporária e Exportação Temporária, ao amparo do Carnê ATA;

g) Ajuste SINIEF 25/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD;

h) Ajuste SINIEF 26/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica;

i) Ajuste SINIEF 27/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Convênio s/nº, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico - Fiscais - SINIEF -, relativamente ao Código Fiscal de Operações e Prestações – CFOP;

j) Ajuste SINIEF 28/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e;

k) Ajuste SINIEF 29/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 07/09, que autoriza as unidades federadas a emitir Nota Fiscal Avulsa e de Produtor Rural por meio eletrônico de dados em papel formato A4;

l) Ajuste SINIEF 30/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 01/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica;

m) Ajuste SINIEF 31/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 01/12, que dispõe sobre concessão de regime especial, na área do ICMS nas operações e prestações que envolvam jornais e dá outras providências;

n) Ajuste SINIEF 32/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 09/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico;

o) Ajuste SINIEF 33/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;

p) Ajuste SINIEF 34/19, de 13 de dezembro de 2019 – Altera o Ajuste SINIEF 20/19, que alterou o Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico - Fiscais - SINIEF, relativamente ao Código Fiscal de Operações e Prestações – CFOP;

q) Ajuste SINIEF 36/19, de 13 de dezembro de 2019 – Institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CT-e OS, e o Documento Auxiliar do CT-e Outros Serviços;

r) Ajuste SINIEF 11/20, de 16 de abril de 2020 – Estabelece procedimentos relacionados ao preenchimento da Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, pelo Transmissor de Energia Elétrica, nos termos da cláusula segunda do Convênio ICMS 117/04 e do Ajuste SINIEF 19/18 ou conforme determinar legislação Estadual;

s) Ajuste SINIEF 12/20, de 16 de abril de 2020 – Dispensa a emissão de nota fiscal nas operações internas que envolvam o serviço público de distribuição e venda de bilhetes de Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEX);

t) Ajuste SINIEF 13/20, de 3 de junho de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 12/20, que dispensa a emissão de nota fiscal nas operações internas que envolvam o serviço público de distribuição e venda de bilhetes de Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEX);

u) Ajuste SINIEF 14/20, de 30 de julho de 2020 - Estabelece procedimento para concessão de regime especial aplicável às operações com combustíveis derivados de petróleo, realizadas, pela Petróleo Brasileiro S.A., pela Petrobras Distribuidora S.A. e postos revendedores de combustíveis, em decorrência de doações a entidades governamentais para uso no âmbito das medidas de prevenção ao contágio, de enfrentamento e de contingenciamento da pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo agente do coronavírus (SARS-CoV-2);

v) Ajuste SINIEF 15/20, de 30 de julho de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às operações internas e interestaduais, com bens do ativo imobilizado, e, ainda, com bens, peças e materiais usados ou fornecidos na prestação de serviços de assistência técnica, manutenção, reparo ou conserto, nas hipóteses que especifica;

w) Ajuste SINIEF 16/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, e o Ajuste SINIEF 27/19, de 13 de dezembro de 2019;

x) Ajuste SINIEF 17/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e;

y) Ajuste SINIEF 18/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 19/19, que altera o Ajuste SINIEF 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica;

z) Ajuste SINIEF 19/20, de 30 de julho de 2020 - Estabelece procedimento para a concessão, a alteração, a renovação, a cassação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis;

aa) Ajuste SINIEF 20/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 33/19, que altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;

bb) Ajuste SINIEF 21/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;

cc) Ajuste SINIEF 22/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica;

dd) Ajuste SINIEF 24/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 12/20, que dispensa a emissão de nota fiscal nas operações internas que envolvam o serviço público de distribuição e venda de bilhetes de Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEX);

ee) Ajuste SINIEF 25/20, de 30 de julho de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 03/20, que institui a Guia de Transporte de Valores Eletrônica - GTV-e;

ff) Ajuste SINIEF 26/20, de 2 de setembro de 2020 - Altera os Ajustes SINIEF 07/05, 09/07, e 19/16, que instituem, respectivamente, a Nota Fiscal Eletrônica-NF-e; o Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e; e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e;

gg) Ajuste SINIEF 27/20, de 2 de setembro de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD;

hh) Ajuste SINIEF 28/20, de 2 de setembro de 2020 - Altera o Ajuste SINIEF 11/11, que estabelece disciplina relacionada com as operações de retorno

simbólico de veículos autopropulsados;

ii) Ajuste SINIEF 29/20, de 2 de setembro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 01/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica;

jj) Ajuste SINIEF 33/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;

kk) Ajuste SINIEF 34/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 36/19, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CT-e OS, e o Documento Auxiliar do CT-e Outros Serviços;

ll) Ajuste SINIEF 35/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e;

mm) Ajuste SINIEF 36/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica;

nn) Ajuste SINIEF 40/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 16/20, que altera o Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, e o Ajuste SINIEF 27/19, de 13 de dezembro de 2019;

oo) Ajuste SINIEF 41/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 01/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica;

pp) Ajuste SINIEF 42/20, de 14 de outubro de 2020 – Altera o Ajuste SINIEF 09/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.

III - Protocolos:

a) Protocolo ICMS 87/19, de 10 de dezembro de 2019 – Altera o Protocolo ICMS 66/09, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Inteligência Fiscal (SIF) e intercâmbio de informações entre as unidades da Federação;

b) Protocolo ICMS 89/19, de 10 de dezembro de 2019 – Altera o Protocolo ICMS 41/08 que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças;

c) Protocolo ICMS 98/19, de 10 de dezembro de 2019 – Altera o [Protocolo ICMS 97/10](#), que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças;

d) Protocolo ICMS 26/20, de 19 de outubro de 2020 – Altera o Protocolo ICMS 20/05, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com sorvetes e com preparados para fabricação de sorvete em máquina;

e) Protocolo ICMS 30/20, de 19 de outubro de 2020 – Dispõe sobre a revogação do Protocolo ICMS 04/14, que estabelece procedimentos nas operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN.

Art. 2º Fica prorrogado para 31 de dezembro de 2020 o prazo previsto no inciso LXXX-A do art. 1º do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, aprovado

pelo Decreto nº 4.335-E, de 3 agosto de 2001.

Art. 3º Ficam prorrogados para 31 de março de 2021 os prazos previstos nos seguintes dispositivos do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.335-E, de 3 agosto de 2001:

I - incisos LVIII, LX, LXII, LXIII, LXV, LXVI, LXVI-B, LXVII, LXVIII, LXVIII-A, LXVIII-B, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI-A, LXXVI-B, LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIII-A, LXXXIV, LXXXV, LXXXV-A e LXXXVI do art. 1º;

II - Incisos VIII, VIII-A, IX, X, XII, XIII e XIV do art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos:

I - nas datas expressamente indicadas nos convênios, ajustes e protocolos incorporados, relativamente ao disposto no art. 1º;

II - a partir de 1º de novembro de 2020, relativamente ao disposto nos arts. 2º e 3º.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de dezembro de 2020.

(Assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Denarium, Governador do Estado de Roraima**, em 30/12/2020, às 20:37, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **1170931** e o código CRC **2DF93B19**.